



CONGRESSO / Apesar da pressão de deputados aliados do ex-presidente, Motta recusa pedido de urgência para o projeto da anistia aos golpistas de 8 de janeiro. Alardeada obstrução do PL fracassa, e governo consegue aprovar MP com recursos para combate à seca

Derrota dupla para ala bolsonarista

» ISRAEL MEDEIROS
» DANANDRA ROCHA
» ALÍCIA BERNARDES*

Apesar de deputados da oposição terem intensificado a pressão pelo projeto de anistia aos golpistas de 8 de janeiro, o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), recusou, ontem, o pedido para pautar um requerimento de urgência do texto.

Desde a semana passada, parlamentares do PL anunciavam que obstruiriam os trabalhos da Câmara até que Motta pautasse o projeto. Ontem, eles conseguiram atraparalhar o andamento de comissões, mas não tiveram o mesmo êxito na sessão no plenário, e o governo conseguiu aprovar a medida provisória que libera crédito de R\$ 938 milhões para sete ministérios. Os recursos serão empregados, por exemplo, no Seguro Defeso e em ações de enfrentamento à seca e a incêndios no Pantanal e na Amazônia.

Também ontem, Motta teve reuniões com parlamentares governistas e da oposição a respeito do PL da Anistia. O líder do PT na Casa, Lindbergh Farias (RJ), tem atuado com outras lideranças de partidos de esquerda e do Centrão para tentar barrar o tema.

“Como era previsto, não haverá votação da urgência do PL da Anistia. Conversei com vários líderes, a oposição fala muito, mas, na verdade, não existem as assinaturas para o requerimento de urgência. Essa é uma pauta que não interessa ao Parlamento”, enfatizou Lindbergh.

Principal beneficiado de uma possível anistia aos envolvidos na tentativa de golpe de Estado, o ex-presidente Jair Bolsonaro esteve na reunião com a liderança da oposição ao governo, na Câmara, momentos antes do encontro dos deputados Sóstenes Cavalcante (PL-RJ) e Altineu Côrtes

Kayo Magalhães/Câmara dos Deputados



Motta comanda a sessão no plenário: presidente da Câmara se reuniu com deputados governistas e da oposição

CCJ tem sessão cancelada

A obstrução é um recurso regimental usado por parlamentares com o objetivo de impedir o prosseguimento dos trabalhos legislativos. Ontem, atingiu colegiados, como a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), a mais importante, que teve a sessão cancelada.

(PL-RJ) com Motta para pautarem a anistia.

“Estamos vivendo um estado de exceção no Brasil. Para momentos de anormalidade institucional, precisamos atuar de forma muito firme”, afirmou o líder da oposição e deputado federal Luciano Zucco (PL-RS).

Sem sucesso no avanço do PL da Anistia, a oposição anunciou que pedirá à Câmara a sustação da ação penal contra o deputado Alexandre Ramagem (PL-RJ). O parlamentar, diretor-geral da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) durante o governo Bolsonaro, tornou-se réu no Supremo Tribunal Federal (STF) por tentativa de golpe

de Estado (leia Saiba mais).

“Tomamos a decisão constitucional de um recurso para respaldarmos o nosso colega, deputado delegado Ramagem, que tem toda a nossa solidariedade e apoio. Esta Casa não pode continuar sendo subserviente a outro Poder. Nós precisamos nos comportar como um Poder tal como a Constituição preconiza”, disse Sóstenes Cavalcante.

Subcomissão

Luciano Zucco anunciou que apresentará, nesta semana, um relatório produzido pela Associação dos Familiares e Vítimas do 8 de Janeiro (ASFV).

Saiba mais

Investida para blindar Ramagem

O PL quer suspender a ação penal contra o deputado Alexandre Ramagem (PL-RJ). A sigla se fundamenta num trecho da Constituição que dá à Câmara o poder de sustar o andamento de uma ação penal enquanto o parlamentar mantiver o mandato. A Carta Magna diz que esse procedimento só pode ser adotado em casos de crimes cometidos após a diplomação de um deputado. A denúncia da PGR afirma que, enquanto chefia a Abin, Ramagem auxiliou o então presidente Jair Bolsonaro a deflagrar o “plano criminoso”, descredibilizando as urnas eletrônicas e opositores no procedimento que teria culminado numa tentativa de golpe de Estado. Ramagem permaneceu no cargo até março de 2022.

Pedido por Braga Netto

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), disse que pedirá autorização ao Supremo Tribunal Federal (STF) para que parlamentares visitem o general Walter Braga Netto na prisão. O ex-ministro do governo Bolsonaro foi preso no fim do ano passado por obstrução de Justiça em investigações que apuram a tentativa de golpe de Estado.

“Na reunião do colégio de líderes, foi feita a solicitação, por vários senadores, para que o Senado pudesse se manifestar junto ao STF para que fosse autorizada a visita ao ministro Braga Netto. Eu fiz uma viagem e me comprometi com Vossa Excelência e com o colégio de líderes que iria acionar, a partir do Senado, o Supremo Tribunal Federal, para solicitar a possibilidade dessa audiência”, disse o presidente do Senado no plenário.

A decisão ocorreu após o senador Eduardo Girão (Novo-CE) reiterar o pedido feito por ele e outros parlamentares para visitar Braga Netto, citando as visitas recebidas pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), quando estava preso.

Davi Alcolumbre acolheu o pedido do senador e afirmou que, agora, essa é uma preocupação do Senado.

Braga Netto foi apontado pela Procuradoria-Geral da República (PGR) como um dos líderes da organização golpista e se tornou réu no processo que apura a tentativa de derrubar a democracia.

De acordo com as investigações, ele reuniu militares das Forças Especiais do Exército em sua casa para planejar as ações do golpe.

NAS ENTRELINHAS



Por Luiz Carlos Azedo
luizazedo.df@dabr.com.br

Brasil não deve despertar velhos ressentimentos dos paraguaios

Segundo volume da coleção *Plenos Pecados*, da Editora Objetiva, *Xadrez, Truco e Outras Guerras*, do escritor José Roberto Torero, é inspirado na Guerra do Paraguai (1865-1870), o maior conflito armado em que o Brasil esteve envolvido no continente. Os demais livros, sem spoiler, são *Mal Secreto*, de Zuenir Ventura (Inveja); *O Clube dos Anjos*, de Luís Fernando Veríssimo (Gula); *A Casa dos Budas Ditosos*, de João Ubaldo Ribeiro (Luxúria); *Canoas e Marolas*, de João Gilberto Noll (Preguiça); *Terapia*, de Ariel Dorfman (Avarizia); e *Voo da Rainha*, de Tomás Eloy Martínez (Soberba).

O livro de Torero é uma sátira meio macabra envolvendo pessoas em conflitos durante a Guerra do Paraguai. Seu pecado capital é a ira. O livro narra de forma ficcional a implacável perseguição ao Mariscal (marechal) Francisco Solano López, o ditador do Paraguai, de mando do príncipe francês Gastão de Orléans, o Conde d’Eu, capitão de cavalaria na Guerra Hispano-Marroquina e comandante-chefe do exército imperial na Guerra do Paraguai, casado com a Princesa Isabel, a herdeira do trono brasileiro. O trauma dessa guerra até hoje alimenta ressentimentos dos

paraguaios. Morreram 90% dos homens acima de 20 anos do Paraguai.

Ontem, o governo do Paraguai convocou o embaixador do Brasil no país, José Antônio Marcondes, para cobrar explicações sobre o suposto monitoramento da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) a sistemas do governo paraguaio. Em depoimento à Polícia Federal, um funcionário da Abin informou que a atual gestão da agência teria mantido operações de invasão hacker a sistemas do governo do Paraguai e de autoridades envolvidas nas negociações da usina de Itaipu.

A denúncia é mais uma dor de cabeça para o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, pois o governo está em fase de negociações com o Paraguai sobre o Anexo C do acordo de construção da usina de Itaipu, que define as condições de comercialização da energia gerada. O chanceler do Paraguai, Rubén Ramírez, afirmou que as autoridades do país classificam o tema como “delicado” e disseram que o Brasil precisa explicar qual foi o resultado da interferência. O ministro de Indústria e Comércio, Javier Giménez García de Zúñiga, que negocia o acordo, afirmou que os debates sobre

o tema estão suspensos até que a questão seja esclarecida.

A Polícia Federal investiga o vazamento de informações no âmbito do inquérito sobre a chamada “Abin paralela”, que teria utilizado ferramentas e serviços da agência para a prática de ações ilícitas. No depoimento, o funcionário da Abin afirmou que a atual gestão da agência manteve operações de invasão hacker a sistemas governamentais do país vizinho, inclusive do Congresso, da Presidência da República e de autoridades envolvidas nas negociações da usina de Itaipu.

A ação foi iniciada ainda no governo Jair Bolsonaro, mas continuou durante o governo Lula, com autorização expressa do atual diretor da Abin, Luiz Fernando Corrêa. Teria como objetivo obter dados sigilosos sobre valores em negociação no Anexo C do Tratado de Itaipu. Uma tremenda trapalhada.

O massacre

Solano López morreu na Batalha de Cerro Corá ou Aquidabanigui, a última da guerra, a 454km ao nordeste de Assunção. Os paraguaios tinham sido

derrotados na Batalha de Campo Grande (16 de agosto de 1869), pelas tropas imperiais. O exército paraguaio estava, desde então, reduzido a uns 400 ou 500 combatentes, sobretudo velhos, adolescentes e crianças, famintos, esfarrapados e mal armados.

Em 26 de fevereiro de 1870, o general brasileiro José Antônio Correia da Câmara, no comando de mais de 2 mil homens bem armados e bem alimentados, seguiu em direção ao acampamento paraguaio de Cerro Corá. Na manhã de 1º de março, uma terça-feira, as forças imperiais atacaram em duas frentes. Em 15 minutos, a linha de resistência sucumbiu. Juan Francisco, o Panchito, filho de Solano López, de 15 anos, lutou de sabre na mão, até ser fulminado por tiro.

O presidente paraguaio fugiu a cavalo, acompanhado de três oficiais. A versão oficial conta que López acabou cercado por dois soldados e resistiu, empunhando seu espadim de cerimônia, sendo revidado com um golpe na cabeça. O cabo José Francisco Lacerda, de 22 anos, conhecido como Chico Diabo, transpassou López com a lança, de baixo para cima, atingindo a virilha direita e alcançando as entranhas. O que aconteceu

depois tem várias versões, todas tendo o general Correia da Câmara no comando.

López morreu em combate ou foi executado? A hipótese de execução é corroborada pela profanação do seu cadáver, que teve sua orelha esquerda cortada, os dentes quebrados a coronhadas de fuzis, um dedo arrancado e um pedaço do couro cabeludo escarpado, tudo seguido de um massacre da população civil. Somente em 4 de março, o Conde d’Eu foi informado da morte de Solano López; estava longe dos combates, a bordo de um navio.

A espada de López foi enviada por Correia da Câmara ao imperador D. Pedro II. O general presenteou o visconde de Rio Branco com a condecoração que López portava e ficou com o relógio do Mariscal, que a seguir doaria a um museu. Chico Diabo, o matador de López, tomou para si a faca de prata e ouro, com as iniciais FL (Francisco López).

O canhão “El Cristiano” (o cristão, em português), com 12 toneladas, que está exposto no Museu Histórico Nacional, no Rio de Janeiro, foi feito com o metal dos sinos das igrejas de Assunção, onde ajudou a conter o avanço das tropas brasileiras por dois anos. Até hoje o Paraguai espera sua prometida devolução.